



Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

## O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

SORAIDE ISABEL FERREIRA<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo apresenta resultados parciais da pesquisa “O exercício profissional do/a assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso: particularidades, limites e possibilidades”, cujo objetivo é analisar as demandas e as respostas profissionais desenvolvidas no âmbito do IFMT. Trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa, com o uso de entrevista semiestruturada com 11 assistentes sociais. Os resultados demonstram que as demandas profissionais envolvem alunos e família; já as requisições institucionais centram-se na Política de Assistência Estudantil, o que tem dificultado o desenvolvimento de outras ações das várias situações que se manifestam no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** política de educação; serviço social; exercício profissional.

**Resumen:** El artículo presenta resultados parciales de la investigación "El ejercicio profesional del asistente social en el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Mato Grosso: particularidades, límites y posibilidades", cuyo objetivo es analizar las demandas y las respuestas profesionales desarrolladas en el ámbito del desarrollo, IFMT. Se trata de una investigación descriptiva de naturaleza cualitativa, con el uso de entrevista semiestruturada con 11 asistentes sociales. Los resultados demuestran que las demandas profesionales involucra alumnos y familia; ya las peticiones institucionales se centran en la Política de Asistencia Estudiantil, lo que ha dificultado el desarrollo de otras acciones de las diversas situaciones que se manifiestan en el ambiente escolar.

**Palabras clave:** política de educación; servicio social; ejercicio profesional.

### 1. INTRODUÇÃO

Ao longo das duas últimas décadas, o Serviço Social tem sido demandado a atuar na Política de Educação, possibilitando discutir sobre o exercício profissional do/a assistente social em diferentes níveis de escolarização, no enfrentamento da questão social e sobre as relações sociais estabelecidas nessa política. Diversos estudiosos dessa temática têm apontado para a necessidade de desvelamento da direção que este campo teórico e prático-profissional vem tomando diante mercantilização da vida social. Não se

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: <ysa.ferreira21@gmail.com>

trata, portanto, de um processo desancorado de dilemas e de desafios profissionais, ao contrário, expressa uma determinada área até então pouco estudada pela literatura profissional.

Dessa forma, a discussão do exercício profissional na educação profissional e tecnológica torna-se importante para impulsionar e propor práticas profissionais reguladas na concepção de educação que deve orientar a atuação de assistentes sociais na Política de Educação, reconhecendo a educação como um direito social a ser universalizado, mas não como finalidade e sim como meio, através de um projeto profissional crítico que questione e conteste os valores liberal-burgueses, característicos da sociabilidade capitalista, contribuindo assim para a viabilização dos interesses da classe trabalhadora em suas necessidades, bem como combatendo ações imediatistas e burocráticas e sem embasamento teórico.

Neste sentido, socializamos os dados parciais da pesquisa de mestrado em andamento intitulada “O exercício profissional do/a assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso: particularidades, limites e possibilidades”, da Universidade Federal de Mato Grosso, na linha de pesquisa Trabalho, Questão Social e Serviço Social, vinculada ao Núcleo de Pesquisa Trabalho e Sociabilidade. O objetivo é analisar as demandas e as respostas profissionais desenvolvidas no âmbito do IFMT. Trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa, com o uso de entrevista semiestruturada. Do universo de 19 *campi* do IFMT existentes no estado de Mato Grosso, 11 fazem parte da amostra, sendo um/a assistente social por *campus* e uma que trabalha na Reitoria na capital. Desse total, entrevistamos 9 profissionais.

O interesse em analisar esse tema deve-se a nosso ingresso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Mato Grosso, como assistente social, em 2014, somado com as experiências compartilhadas com o grupo de profissionais do Serviço Social que trabalham no IFMT. Assim, foi possível observar que embora as questões que perpassam o contexto escolar sejam semelhantes e que muitas delas se repetem, requerendo um processo de planejamento e sistematização do exercício profissional, a maioria dos/as

profissionais dos diversos *campi* tem demandas diferenciadas, dada as especificidades de cada região.

## **2. O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES E CONTRIBUIÇÕES**

A discussão acerca do Serviço Social na educação envolve um processo vivo e pleno de potencialidades e de contradições, sendo importante para a compreensão dos rumos que a profissão vem construindo nos marcos da sociedade capitalista. É preciso considerar que esse debate pode, por um lado, contribuir para o desenvolvimento de projetos educacionais pautados em uma perspectiva realmente universalizadora de direitos sociais ou, pode, por outro, reproduzir interesses hegemônicos via formação para o aspecto econômico, pois

[...] a trajetória da educação pública no Brasil é fortemente marcada pelas disputas societárias que imprimem aos diversos níveis e modalidades que constituem a política educacional, tanto na perspectiva de um direito social e humano ainda não universalizado quanto na sua subordinação à forma geral de mercadoria, que se expande por amplas dimensões da vida social [...] (PEREIRA; ALMEIDA, 2013, p. 1).

Segundo as autoras, nos espaços institucionais públicos de educação confrontam-se lógicas completamente antagônicas de se pensar e conduzir as práticas pedagógicas, de reconhecimento dos sujeitos sociais e de conceber o lugar e o sentido da educação na produção da nossa humanização. Esses aspectos alteram desde a concepção de educação, suas prioridades, sua construção como direito social e suas diretrizes de ensino.

Não podemos negar que a educação tem ocupado um lugar de destaque ao longo do processo de expansão do capitalismo, especialmente se considerarmos as transformações de cunho tecnológicas ocorridas nas últimas décadas. Cabe notar que na perspectiva capitalista, a educação “é uma das formas de se assegurar a sociabilidade necessária à reprodução do próprio capital. Uma relação que conforma sentidos, valores e comportamentos em

uma dimensão também desumanizadora” (ALMEIDA; RODRIGUES, 2013, p. 95). Com essa perspectiva, seu significado constitutivo enquanto formação do indivíduo, como ser social, no seu pensar e agir, voltada para uma visão democrática tem sido descaracterizada.

Nesse sentido, além de pensar a educação nos marcos da sociedade capitalista, o que requer ponderar seu sentido hegemônico, é preciso também apontar suas possibilidades de resistência e de constituição de outras formas de sociabilidade (ALMEIDA; RODRIGUES, 2013). Com base nesses aspectos, exporemos primeiramente a concepção de educação apresentada por Almeida (2007, p. 2) que a vê como

dimensão da vida social possui um caráter ontológico, ou seja, constitutivo dos modos de existência humana, do ser social, da organização da vida em sociedade. Portanto, pensar os esforços de mercantilização das relações sociais como uma necessidade da própria lógica de expansão do capital e, conseqüentemente, a educação como condição e resultado desse processo, requer não perder de vista a historicidade dessa dinâmica, evitando-se subverter o pensamento sobre a realidade aos limites impostos sobre uma de suas possibilidades históricas [...].

Embora a educação tenha sido utilizada com a finalidade de atender o capital, não podemos, evidentemente, restringi-la ao peso do desenvolvimento do capitalismo. Almeida (2007, p. 1) salienta sua dimensão estratégica “no âmbito das disputas ideológicas e da esfera política. Destarte, a dinâmica histórica da educação como instância da vida social ocupa um lugar de destaque no largo [...] da ação política, demarcando uma arena de disputas intensamente polarizadas”. O autor ainda ressalta que “a educação tem ocupado um lugar central no âmbito das lutas sociais voltadas para a superação da sociedade do capital e das formas de opressão que lhes são características [...]” (ALMEIDA, 2007, p. 1).

Tonet (2012, p. 38) explica que a educação “[...] é uma mediação para a reprodução social. E [...] numa sociedade de classes, [...] contribui predominantemente para reprodução dos interesses das classes dominantes. Daí a impossibilidade de estruturar a educação, no seu conjunto, de modo a estar voltada para a emancipação humana [...]”. Nas palavras do autor não é possível uma “educação emancipadora”, mas apenas a realização de

“atividades educativas emancipadoras”. Desse modo, sinalizamos para a concepção de educação apresentada pelo autor, a qual consiste em

[...] propiciar ao indivíduo a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, etc. que se constituem em patrimônio acumulado e decantado ao longo da história da humanidade, contribuindo, assim, para que o indivíduo se construa como membro do gênero humano e se torne apto a reagir face ao novo modo que contribua para a reprodução do ser social, que se apresenta sempre sob uma determinada forma particular (TONET, 2012, p. 69).

Podemos entender que a educação contribui para uma formação crítica do indivíduo, possibilitando-lhe posicionar-se frente as mais diversas questões: sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas que perpassam a ordem societária de forma reflexiva, pois, “ela pode dar uma contribuição importante na medida em que desperte [...] as consciências para a necessidade de uma transformação revolucionaria e, ao mesmo, tempo, transmita o que de mais avançado existe em termos de conhecimento”(TONET, 2012, p. 73).

Como vimos, por meio dos dois autores citados, Almeida (2007) e Tonet (2012), eles apresentam concepções de educação de forma ampliada contribuindo para a superação do modelo societário capitalista, bem como para a formação crítica do indivíduo. Todavia, tais perspectivas não se materializam devido ao fato de que historicamente, ela tem se constituído como um instrumento da ideologia hegemônica, visto que em toda a história da humanidade, tem sido um elemento de “domesticação” dos indivíduos ao *status quo* (PEREIRA, 2008).

Tanto é assim que no âmbito da sociedade de mercado a educação é vista como um elemento acessório das exigências do processo produtivo que, historicamente vem sofrendo alterações próprias da dinâmica de acumulação, fruto da contradição da sociedade capitalista, expressa na relação capital e trabalho, cooperando para a expansão do capital. Nesse modelo societário, a função social da educação é marcadamente caracterizada por essa contradição e também pelas lutas entre burguesia e proletariado. Trata-se, de subordinar a função social da educação para responder às demandas do capital. Em consequência dessa orientação do mercado, na atualidade, tem

sido requisitada uma educação flexível e dinâmica para alcance das demandas produtivas (SILVA, 2013).

Ainda para tratarmos da concepção de educação, situamos o documento “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, que fornece elementos para o debate.

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. Integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam um determinada sociedade. Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação (CFESS, 2013, p. 16).

Sendo assim, a luta a ser travada, portanto, não é por uma educação restrita a escolarização formal como forma de aprendizagem, mas por uma educação que supere essa lógica de ensino voltado para a dominação e a manutenção dos interesses burgueses.

Ainda de acordo com os subsídios (2013):

A educação, como dimensão da vida social encerra as contradições que particularizam a vida social. Portanto, se a educação, sob o prisma do capital se converte em um conjunto de práticas sociais que contribuem para a internalização dos consensos necessários à reprodução ampliada deste sistema metabólico, também e a partir dessa dinâmica é que se instauram as possibilidades de construção histórica de uma educação emancipadora, cujas condições dependem de um amplo processo de universalização do trabalho e da educação como atividade humana autorrealizadora [...] (CFESS, 2013, p.18-19).

Apesar da educação estar inserida nesse modelo societário contraditório, há ainda a possibilidade de buscar construir uma educação emancipadora. Para tanto, é necessária uma articulação da atividade educativa com as lutas desenvolvidas sobretudo pelas classes subalternas. Com essa

direção, Almeida (2003) ressalta que é necessário pensar a inserção do Serviço Social na educação não como uma mera possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas sim, como uma reflexão de natureza política sobre a função social da profissão, na luta e na defesa dos direitos sociais, por meio das políticas sociais.

A inserção do profissional de Serviço Social nesses espaços contribuirá sobremaneira para a ampliação da rede de proteção social, para a organização em rede das demandas de saúde, assistência social, habitação, segurança, emprego e renda entre outras [...]. É importante criar, construir e efetivar pontos para que a rede seja construída, consolidada para que através dela, não percamos mais vidas. Vidas de estudantes, de pais e mães, professores e gestores (SILVA, 2012, p. 30).

Podemos dizer assim que o Serviço Social pode contribuir para uma compreensão mais ampla de educação direcionada para a viabilização e para a ampliação dos direitos sociais. Para apontarmos algumas contribuições do Serviço Social na educação, citamos Almeida e Rodrigues (2013), os quais destacam que não se deve pensar a educação e todos os outros direitos sociais e humanos de modo desvinculado das condições reais que produzimos nossa existência, haja vista que a educação não se limita a si mesma, ao contrário, abrange um complexo de aspectos que constituem do amplo e diversificado campo educacional.

A construção de uma educação que fortaleça os significados da cidadania, de liberdade, de democracia e de emancipação não pode estar desarticulada das lutas pelo acesso à saúde, ao trabalho digno, à moradia, ao lazer, à cultura e a tudo aquilo que hoje está ausente das condições de vida da maior parte da população deste país e que, por essa razão, expressa o amplo processo de desumanização que se encontra em curso em nosso planeta [...] (ALMEIDA; RODRIGUES, 2013, p.95).

Pensando no universo da educação pública, em 2001, a categoria profissional de assistentes sociais já apontava a existência dessas expressões da questão social no espaço da escola: baixo rendimento escolar; evasão escolar; desinteresse pelo aprendizado; problemas de disciplina; insubordinação às regras escolares; vulnerabilidades às drogas; e atitudes e comportamentos agressivos e violentos (CFESS, 2001). Diante disso, o Serviço Social na educação pode contribuir na discussão desses aspectos, visto que é

uma profissão de caráter interventivo e investigativo, que analisa as diversas expressões da questão social.

Além dessas contribuições, o Serviço Social na educação pode promover e ampliar a participação da comunidade escolar nas decisões do projeto educacional, por meio de:

[...] ações de aproximação da família com a unidade educacional; apoio à participação e acompanhamento das famílias no processo educacional; assessoria aos/às participantes de conselhos escolares, grêmios estudantis, dentre outros; realização de discussões e debates sobre cidadania e participação dos/as jovens na sociedade; a potencialização da participação dos pais, responsáveis, alunos e comunidade nos Conselhos Escola-Comunidade e também nos Conselhos Municipais de Educação e outros fóruns (CFESS, 2011, p. 44-45).

Ressalta-se, portanto, que este espaço demanda do/a assistente social uma inserção qualificada, para propor a realização de ações que busquem articulações com a comunidade escolar em prol da construção e manutenção de espaços coletivos que permitam questionar e desvelar a aparência dos fenômenos sociais.

Para Almeida (2007, p. 13-14), a notoriedade atual da discussão do Serviço Social na educação se deve a três tendências do campo das políticas sociais a partir dos anos de 1980:

- O enfrentamento da pobreza a partir de políticas públicas que estabelecem condicionantes em relação à educação escolarizada;
- A interface de diferentes políticas setoriais, em especial aquelas dirigidas aos segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social, tornando o acesso à educação escolarizada um marco na afirmação dos direitos sociais de crianças e jovens;
- O alargamento da compreensão da educação como direito humano, adensando as práticas sociais organizadas em torno de diversos e abrangentes processos de formação humana, criando um arena de disputas ideológicas fortemente mobilizadoras dos paradigmas educacionais em disputa no âmbito do Estado e da sociedade civil.

Silva (2012) discute sobre “o lugar do Serviço Social na Educação”, apontando que esse lugar é específico, mas isso não quer dizer isolado. Daí o desafio de um trabalho interdisciplinar/multiprofissional. A autora apresenta algumas contribuições do Serviço Social no âmbito escolar: a discussão deve envolver a efetivação de direitos sociais da classe trabalhadora; o trabalho do assistente social precisa contemplar a comunidade escolar: professores, servidores, famílias, estudantes e a comunidade; a escola precisa ser vista como um espaço importante para o trabalho da rede de proteção social dos alunos, discutindo a proteção social para os trabalhadores e suas famílias; a missão do Serviço Social na Educação não deve ser substituída por ações de ensino-aprendizagem, isto é de competência professores e pedagogos, de acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação – Lei nº 9.394/1996, que delimita ações dos professores. Mas deve ser putada na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social – Lei 8.662/1993, que estabelece as competências e as atribuições privativas.

### **3. O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

O exercício profissional do/a assistente social na Política de Educação vislumbra produzir conhecimentos, debater estratégias e problematizar reflexões orientadas pela competência profissional. Dessa forma, sinaliza para uma intervenção por meio das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa (GUERRA, 2012), propondo ações para uma atuação crítica, propositiva e de qualidade. Nessa mesma direção, para Santos, Filho e Backx (2012), o exercício profissional precisa se constituir numa totalidade, formada também por essas três dimensões, que apesar de suas particularidades mantêm uma relação de unidade, sendo que a dimensão técnico-operativa constitui na “forma de aparecer” da profissão, visto que através dela a profissão é conhecida e reconhecida. Assim ela é uma síntese do exercício profissional, pois abrange as três.

Para Torres (2016, p. 58), o exercício profissional é estabelecido “[...] a partir do entendimento que o profissional apresenta ter das dimensões constitutivas do seu fazer profissional: interventiva, ético-política, analítica e investigativa”. Em assim sendo, o/a profissional de Serviço Social precisa conectar essas dimensões, direcionando sua prática profissional nos múltiplos campos de trabalho a partir de análises qualificadas da realidade concreta. O modo como os/as profissionais articulam essas dimensões possibilitam responder as demandas que lhes são colocadas com mais criticidade, voltada para a totalidade dos fenômenos (TORRES, 2016).

A partir dessa breve explicação sobre o exercício profissional, apresentaremos os dados parciais da pesquisa de mestrado realizada em 8 dos 19 *campi* do IFMT existentes em Mato Grosso e também na Reitoria, totalizando 9 entrevistas. Antes de analisarmos alguns pontos desse estudo, faremos uma breve exposição da criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT.

O IFMT foi instituído pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008<sup>2</sup>. Especificamente em Mato Grosso a criação ocorreu com a junção das três autarquias - Cefet (Cuiabá), o Cefet (São Vicente) e Escola Agrotécnica Federal de Cáceres – que resulta no Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT, que desde então, em um processo de expansão e interiorização, alcançou diversas outras localidades nesse estado. O IFMT conta hoje com 14 *campus*: Cuiabá - Octayde Jorge da Silva; São Vicente; Cáceres – Professor Olegário Baldo; Cuiabá - Bela Vista; Pontes e Lacerda – Fronteira Oeste; Campo Novo do Parecis; Juína; Confresa; Rondonópolis; Sorriso; Várzea Grande; Barra do Garças; Primavera do Leste; Alta Floresta. E 05 *campus* avançados: Tangará da Serra; Diamantino; Lucas do Rio Verde; Sinop; Guarantã do Norte. Com a exceção do *campus* avançado de Lucas do Rio Verde; todos os demais contam com o trabalho de um/a assistente social. Na reitoria há duas profissionais, uma trabalha na Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos – DSGP e outra na Diretoria de Ensino – DE. Desses *campi* entrevistamos os/as assistentes sociais das regiões: nordeste (Confresa), médio-norte, (Sinop), oeste (Pontes e Lacerda), sudeste (Primavera do Leste), sul (Rondonópolis), sudoeste

---

<sup>2</sup> Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

(Tangará da Serra), e centro sul (Cuiabá e Várzea Grande) e também uma profissional da Reitoria (capital).

Devido a extensão desse artigo, nesse texto analisaremos ainda que brevemente algumas questões: as principais demandas profissionais; as principais demandas institucionais, as respectivas respostas dadas a essas demandas, bem como do processo de sistematização e planejamento, sinalizando para os desafios e as possibilidades do exercício profissional. Nos depoimentos dos/as assistentes sociais sobre o exercício profissional na educação, verificamos que ele se volta para um trabalho interventivo junto aos/às estudantes, em relação as mais diversas situações que se apresentam no ambiente educacional, caracterizadas como expressões e refrações multifacetadas da questão social, gerando reflexos no desenvolvimento educacional dos/as estudantes.

As principais demandas profissionais abrangem os/as alunos/as e a família. As que envolvem o/as alunos/as relatadas pelos/as profissionais são: “dificuldades de aprendizagem; conflitos interpessoais da relação professor-aluno; acompanhamento da infrequência dos discentes; comissões e portaria: alimentação escolar, política de permanência, assistência estudantil; evasão escolar; filtragem de todas as demandas; saúde do estudante; informações diversas aos/às estudantes; abandono afetivo; racismo, *bullying*”. Já as que envolvem à família descrevidas são: “acompanhamento familiar, problemas familiares; doença na família, violência doméstica”. Diante dessas demandas, houve o reconhecimento por grande parte dos/as profissionais da necessidade de se tratar no exercício profissional, questões que envolvem não somente as situações individuais, mas também as familiares e as coletivas que permeiam o ambiente educacional.

A partir das demandas profissionais, os/as assistentes sociais entrevistados/as relataram de forma geral que têm buscado respondê-las a partir de um exercício profissional pautado na viabilização de direitos, por meio de um atendimento voltado para o processo de: informação, orientação, encaminhamento e acompanhamento das demandas trazidas para a escola pelos/as alunos/as. Nesse processo, observaram que para responder algumas situações necessitam acionar outras políticas, como: de assistência social, de

saúde, entre outras, contribuindo assim, para a viabilização dos seus direitos sociais, via políticas sociais. Para tanto, em algumas situações têm realizado visitas domiciliares e acionado a rede sócio-assistencial para dar continuidade e resolutividade nas respectivas demandas.

Sobre as principais demandas institucionais, um elemento de destaque foi a constatação de que no exercício profissional tem havido uma centralidade principalmente nas questões que envolvem a Política de Assistência Estudantil. Nessa política, centram-se pelo menos duas intervenções profissionais, a saber: a análise socioeconômica dos candidatos/as e o acompanhamento dos/as alunos/as bolsistas durante todo o ano letivo, entre outras. Além dessa requisição, há também as que envolvem: Conselho de Classe, Reuniões Pedagógicas, Comissões e Portarias.

Dada à complexidade das ações que envolvem a assistência estudantil, que requer um trabalho voltado para o processo de permanência dos/as alunos/as na escola, tem demandado dos/as assistentes sociais uma disponibilidade de tempo para uma intervenção efetiva nessa questão. O número reduzido de profissionais em cada campus, somado com a falta de profissionais na equipe multiprofissional para acompanhamento dos/as discentes têm impactado o exercício profissional. Por conta disso, mesmo tendo manifestado o interesse em contribuir com o desenvolvimento projetos: de intervenção, de extensão e de pesquisa; bem como ações socioeducativas; grupos, rodas de conversas, palestras entre outras, não têm tido condições de atuar em outros aspectos que se manifestam no cenário da escola.

Nas respostas das demandas institucionais, observamos que elas não têm superado a mera execução de tarefas e/ou ações imediatas, burocráticas, rotineiras e acríicas com emprego dos instrumentais técnico-operativos recomendado pela próprio Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, o qual tem por objetivo atender prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. Todavia, além do critério socioeconômico para inserção nesse programa, faz-se preciso considerar o contexto humano dos estudantes, fazendo uma análise mais ampla da sua condição de vida, o que ainda não tem ocorrido nessas análises.

A orientação do trabalho desenvolvido na Assistência Estudantil deveria seguir a perspectiva multiprofissional, todavia, muitas dessas ações estão sendo desenvolvidas especialmente pelo/a único/a assistente social, como o processo de informação e de orientação aos/às alunos sobre a documentação exigida e critérios de inserção nas modalidades de bolsas e/ou de auxílios. Isso dificulta o desenvolvimento de outras atividades no âmbito educativo, visto que esse processo não se encerra com a divulgação do resultado final de bolsistas contemplados/as, mas se estende no decorrer do ano letivo, devido a necessidade de acompanhamento dos/as mesmos/as.

Cabe notar que esse acompanhamento tem sido seriamente prejudicado em decorrência do não lançamento de frequência dos/as alunos por parte dos professores no Sistema Acadêmico. Dessa forma, as pedagogas não têm condições de verificar a presença dos/as estudantes e, posteriormente comunicar aos/às assistentes sociais a situação dos/as discentes. Com efeito, tal ação tem resultado em um crescente aumento da evasão.

Em decorrência do número de demandas profissionais e das requisições institucionais que se somam com as condições objetivas e humanas; e com as relações de trabalho, o exercício profissional tem sido prejudicado. Essas condições são evidenciadas no cotidiano através: do trabalho polivalente, com o desenvolvimento de várias funções não necessariamente de competência do/a assistente social, a título exemplo citamos: atendimento de situação de cunho pedagógico; da sobrecarga de trabalho decorrente da participação em comissões e portarias que muitas vezes não estão relacionadas com as competências e com as atribuições privativas do/a assistente social, como a fiscalização de Seguro Escolar; e da carência de profissionais de Serviço Social, visto que há somente um/a assistente social para trabalhar em cada *campus*.

Além desses fatores, as relações profissionais são dificultadas por parte da gestão – marcadas por posturas hierárquicas, autoritárias e centralizadoras. Apesar dessas condições, segundo Santos (2013, p. 80), “não podem ser consideradas pelos assistentes sociais como empecilhos ou obstáculos à ação, mas sim ser desocultadas como particularidades da ação profissional, como contradições que perpassam a materialização da teoria em ação”.

Para discutirmos as respostas dadas das demandas profissionais e das institucionais, destacamos que a prática profissional, aqui entendida como exercício profissional

[...] tem uma intervenção cuja execução é dinamizada pro sujeitos profissionais – o assistente social –, porém, não é apenas esse sujeito que sozinho a organiza. [...] essa prática é resultado da formação teórica, política, ética e técnica dos profissionais, mas também produto da organização social e do contexto institucional empregador [...] (SANTOS, 2013, p. 80-81).

Ainda nesse processo de problematização das respostas dadas, mencionamos os estudos de Coelho (2013), que discute duas posturas em face do exercício profissional, uma que restringe o atendimento das demandas a posicionamentos emergenciais e focalizados, outra que fundamenta sua intervenção na perspectiva histórico-crítico dialética, voltada para a totalidade, intervindo pelos interesses da classe trabalhadora e apreendendo a profissão no contexto das relações sociais da sociedade capitalista contemporânea. Para a autora, “quanto mais pobre é a concepção do assistente social acerca da teoria e seu conhecimento teórico, mais imediata é sua prática profissional. Imediata no sentido de obstaculizar as possibilidades que o conhecimento coloca para capturar as mediações entre a aparência – fenômeno – essência [...]” (COELHO, 2013, p. 9).

Quanto ao processo de sistematização e de planejamento do exercício profissional, verificamos na maioria dos relatos dos/as entrevistados/as que embora estejam inseridos em equipes multiprofissionais (pedagogos, psicólogos, interpretes de libras, técnicos em assuntos educacionais, enfermeiros, nutricionistas), o trabalho é realizado de modo individualizado e não coletivo como deveria ocorrer. Não há participação e contribuição das demais profissões que compõem a referida equipe. Esse aspecto indica que é preciso reconstruir essa natureza de trabalho para que as ações possam ser organizadas e planejadas adequadamente e coletivamente, com vistas ao atendimento das demandas voltadas para a totalidade, indo além da aparência, compreendendo a essência das problemáticas sociais expressas na educação.

Ainda que o planejamento e a sistematização da prática e das demandas sobre as quais atuam os/as assistentes sociais não sejam

suficientes para compreender a realidade social, eles são importantes para construir conhecimentos que possam subsidiar o próprio exercício profissional. É justamente nesse sentido que a postura investigativa é essencial para que os/as profissionais reflitam sobre o cotidiano de intervenção, compreendendo-o e desvendando-o criticamente.

Com relação aos desafios do exercício profissional, os/as profissionais relataram que enfrentam grandes dificuldades, oriundas: “da fragilidade do trabalho multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial; da dificuldade de efetivação das políticas públicas; das inadequadas condições físicas de trabalho (sala para atendimento individual e/ou coletivo) e também das condições humanas de trabalho (falta de assistentes sociais para atendimento das demandas); da falta de outros profissionais para comporem a equipe de trabalho; das relações profissionais conflitantes entre assistentes sociais que atuam no dia-a-dia com a gestão do *campus*; da interferência na autonomia do/a assistente social; dos recursos financeiros insuficientes para atender o público que necessita da inserção na Programa de Assistência Estudantil; da escassez de recursos para participar de atividades de capacitação; da incompreensão por parte da gestão e de professore do papel do assistente social na escola”. Todos esses desafios têm contribuído para a tendência do aligeiramento e da superficialização no exercício profissional.

Com essas condições, o/a profissional termina por restringir a intervenção ao atendimento das demandas de forma emergencial, sem a devida problematização, prejudicando a análise sob a ótica da dimensão coletiva. Trata de forma individual questões que são coletivas, e que fazem parte da maioria dos usuários. Essas dificuldades desafiam um exercício profissional, bem como dificultam a consolidação das competências e atribuições profissionais voltadas para a construção de uma educação que fortaleça a emancipação (ALMEIDA; RODRIGUES, 2013).

Com base nos desafios apresentados, podemos afirmar que o exercício profissional é uma atividade social determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que ultrapassa a vontade individual dos/as assistentes sociais, abrangendo aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais mais amplos. Sendo assim, é preciso considerar que ele tem sido fortemente impactado

pelas concepções de educação que seguem a lógica do capital, que somado à relativa autonomia dos/s profissionais, bem como às condições físicas e humanas do trabalho, esses/as profissionais têm enfrentado limites no seu exercício profissional. Não podemos, evidentemente, deixar de notar que ademais do aspecto organizativo, orientativo e normativo que direciona a ação profissional, “a [...] intervenção na realidade aparece cerceada por fatores internos e externos [...] alheios à vontade dos profissionais [...]”. É fundamental no exercício profissional, identificar as condições objetivas sob as quais o trabalho é realizado, pois tais condições são determinantes para o fazer do/a profissional (GUERRA, 2014, p. 248).

Nessa direção, ao expor os desafios que vêm sendo reiteradamente colocados ao exercício profissional na contemporaneidade é preciso considerar que a realidade impõe limites de diferentes ordens no ambiente da educação. No entanto, segundo Silva (2016, p. 278).

[...] essa mesma realidade – que é dinâmica e está em constante movimento – igualmente possibilita ações que caminham na prática profissional que se quer na direção do projeto ético-político da profissão e para a o rompimento com uma visão messiânica e fatalista no Serviço Social, nos moldes de Iamamoto (1992, 1998).

Apesar dos desafios, o Serviço Social, em seu exercício profissional, dispõe de condições potencialmente privilegiadas pela proximidade que tem com as classes subalternas de intervir, de recriar novas ações no espaço educacional, tendo em vista a educação como direito social, “exigindo que a formação universitária possa dotar os assistentes sociais de subsídios teóricos, éticos e políticos que lhe permitam – se assim desejarem – contribuir, de mãos dadas, para o trajeto histórico em rumo aos novos tempos” (IAMAMOTO, 2015, p. 200).

Quanto às possibilidades para melhorar o exercício profissional, os/as profissionais mencionaram: “fortalecimento do trabalho em equipe; lançamento de frequência e notas no Sistema Acadêmico; compreensão mais ampla das demandas para buscar garantir a permanência dos alunos na instituição; continuidade do desenvolvimento anual Fórum da Assistência Estudantil; desenvolvimento de articulações profissionais para a construção de ações e de projetos educacionais; implementação e desenvolvimento de reuniões da

equipe multiprofissional de forma sistemática; promoção de capacitação da equipe multiprofissional”.

Não podemos deixar de notar que as possibilidades são fundamentais se tomadas como referência uma postura interventiva e investigativa, visto que podem fornecer parâmetros para que não percamos em orientação pela orientação, em encaminhamento pelo encaminhamento. Nesse sentido, elas precisam ser abordadas de acordo com o Projeto-Ético Político do Serviço Social brasileiro, buscando preservar um caráter não prescritivo de regras para o exercício profissional cotidiano, mas sim identificar e apreender as referências gerais e essenciais que podem nortear o exercício profissional (VASCONCELOS, 2015).

#### **4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

A análise parcial dos dados da pesquisa aponta para a necessidade de uma discussão mais ampla por parte da categoria profissional sobre o exercício profissional do/a assistente social na educação, pois não podemos reduzir a atuação desse/a profissional à instituição da Política de Assistência Estudantil. Embora essa seja uma das dimensões de intervenção profissional, não deve ser vista como única. O estudo evidencia também que o número reduzido de assistentes sociais em cada *campus*, somado com a falta de profissionais na equipe multiprofissional para acompanhamento dos/as discentes têm dificultado o desenvolvimento projetos: de intervenção, de extensão e de pesquisa; bem como ações socioeducativas; grupos, rodas de conversas, palestras entre outras, assim como de atuar em outros aspectos que se manifestam na escola. A partir desses elementos, torna-se preciso debater essa temática envolvendo as condições objetivas e humanas de trabalho, considerando o aspecto físico, material, financeiro e humano, bem como as relações de trabalho nesse espaço.

Apesar desses desafios que resultam em intervenções imediatas e emergenciais, sinalizamos para as possibilidades, das quais destacamos a continuidade do desenvolvimento anual do Fórum da Assistência Estudantil,

com a participação ainda que via convocação de todos/as assistentes sociais. Esse evento tem promovido um debate amplo, crítico das diversas situações que se expressam no ambiente escolar, por meio do compartilhamento de experiências e de intervenções, contribuindo para um exercício profissional efetivo e propositivo.

É necessário chamar a atenção para o fato de que o exercício profissional na Política de Educação impõe aos/às profissionais um conjunto de conhecimentos técnico e crítico para atuar na complexidade dos processos relacionais desse espaço, que orientados/as pelo Projeto Ético-Político, têm a possibilidade de (re)construir novas e criativas estratégias de intervenção profissional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Serviço social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. In: ENCONTRO DE ASSISTENTES SOCIAIS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO, 1, 2003, Belo Horizonte, **Anais...** Disponível em <[http://www.cressmg.org.br/Testos/serviço\\_social\\_e\\_politica\\_educacional\\_ney\\_teixeira.pdf](http://www.cressmg.org.br/Testos/serviço_social_e_politica_educacional_ney_teixeira.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Belo Horizonte, 2007. **Anais Eletrônicos...** Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <[www.cress-mg.org.br/.../2007.05.19\\_plenaria8\\_neyteixeira.doc](http://www.cress-mg.org.br/.../2007.05.19_plenaria8_neyteixeira.doc)>. Acesso em nov. 2016.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; RODRIGUES, Maria Cristina Paulo. O campo da educação na formação profissional em Serviço Social. In: PEREIRA, Larissa Daymer; ALMEIDA, Ney Teixeira de (Orgs). **Serviço Social e Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 93-109.

BRASIL. **Constituição (1989)**. Brasília: Senado Federal, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço social na Educação**. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: DF, 2001. Disponível em: <[www.cfess.org.br/arquivos/SS\\_na\\_Educacao%282001%29.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao%282001%29.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2016

\_\_\_\_\_. **Subsídios para o debate do Serviço Social na educação**. Grupo de Trabalho de Educação. Brasília: DF, 2011. Disponível em

<[www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf)>. Acesso em nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: DF, 2013 (reimpressão).

COELHO, Marilene. **Imediaticidade na prática profissional do assistente social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia. Mônica dos; BACKX, GUERRA, Yolanda. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012, p. 39-68.

\_\_\_\_\_. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26. ed, São Paulo: Cortez, 2015.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional.** São Paulo: Xamã, 2008.

PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. (Orgs) **Serviço Social e Educação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.

SANTOS, Cláudia Mônica; FILHO, Rodrigo de Souza; BACKX, Sheila. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila. GUERRA, Yolabda. (Orgs). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** Juiz de Fora: ed, UFJF, 2012. p. 15-38.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social.** 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SILVA, Marcela Mary José da. (Org). O lugar do Serviço Social na educação In: \_\_\_\_\_. **Serviço Social na Educação: teoria e prática.** Campinas: Papel Social, 2012. p. 15-31.

SILVA, Lucilia Carvalho. O trabalho do assistente social no contexto da educação profissional: questões para o debate. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira (Orgs). **Serviço Social e Educação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013. p. 131-148.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TORRES, Mabel Mascarenhas. O exercício profissional do assistente social em questão: as publicações da área de Serviço Social. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. (Org). **Revista Serviço Social: Temas, Textos e Contextos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 55-76.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/O assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.